

# O capital que fechou os olhos:

*Como o ESG cegou a regulação enquanto o crime entrava pela porta da frente*

Durante anos, as autarquias brasileiras – CVM, Banco Central, Febraban e congêneres – adotaram como eixo prioritário de atuação a sinalização reputacional. ESG virou mantra. Relatórios de sustentabilidade, cartilhas de diversidade, metas ambientais e estruturas de compliance ganharam status de indicador técnico. Não era uma questão de risco real, e sim um teatro de virtude. Enquanto isso, o crime organizado observava. E aprendia.

O PCC não precisou romper o sistema. Bastou entender suas regras e imitar seus códigos. Em vez de coação, contrato. Em vez de violência, edital. Em vez de tráfico visível, sociedade anônima. O novo modelo de criminalidade é silencioso, profissional e perfeitamente adaptável à lógica institucional – justamente porque essa lógica se deslocou para a superfície, deixando a estrutura real de capital em segundo plano.

Enquanto autarquias rastreavam carbono, o crime lavava recursos em fintechs. Enquanto se produziam manuais de conduta, facções acessavam licitações públicas com apoio jurídico e formalização societária. Enquanto fundos buscavam “ativos alinhados às boas práticas ambientais e sociais”, os mesmos mecanismos eram usados para canalizar dinheiro de origem ilícita em setores como transporte, energia, saneamento e fundos de investimento.

A captura regulatória pela agenda ESG produziu um duplo efeito: de um lado, serviu de escudo reputacional para instituições que se isentaram de análises estruturais mais profundas; de outro, criou um vácuo – um território livre – por onde o crime pôde transitar, investir, disputar e operar. Não há escassez de normas. O que há é uma cegueira voluntária sobre onde aplicá-las.

Agora, [com cadeias do mercado financeiro contaminadas e margens da Faria Lima ameaçadas](#), começa a reação. Mas ela não vem com autocrítica – vem com a fórmula habitual: novas exigências de compliance, mais protocolos, mais índices de risco. Como se o problema fosse técnico, e não político.

O susto da Faria Lima não é ético – é estratégico. O incômodo não é com a presença do crime, mas com o fato de que ele passou a jogar com as mesmas ferramentas e disputar os mesmos ativos. O crime se profissionalizou. E agora exige que o capital faça o mesmo – mas não em ESG. Em vigilância real, rastreamento de fluxos e leitura de estruturas.

O risco não é o crime sofisticado. O risco é a regulação que escolheu não enxergar.

- **ESG como fachada regulatória:** Autarquias como CVM e Banco Central focaram em sinalização reputacional (relatórios, metas verdes, diversidade), deixando de lado riscos estruturais reais.
- **Adaptação estratégica do crime:** O PCC aprendeu e reproduziu a lógica institucional - abandonou a coação direta e adotou contratos, editais e empresas de fachada.
- **Cegueira institucional:** Enquanto reguladores se preocupavam com carbono e compliance, o crime se legalizava – infiltrando-se por meio de regras do próprio sistema.

